



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

**DECRETO Nº 026, DE 15 MARÇO DE 2024.**

**Declara de interesse público para fins de desapropriação por utilidade pública por necessidade social os imóveis especificados e dá outras providências.**

**MIGUEL PAULO DE SOUZA FILHO**, Prefeito pelo Município de São Francisco, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal (artigo 5º XXIV), bem como pelas disposições insertas no Decreto Federal nº 3.365/41 (artigo 5º, alínea “e”), e em especial, pelas disposição da Lei Orgânica Municipal (art. 77, alínea “d”) , e

**CONSIDERANDO**

as disposições do Decreto-Lei nº 3.365/1941, que regulamenta o artigo 5º XXIV da Constituição Federal, atribuindo a competência dos Municípios para fins de desapropriação por utilidade pública, bem como, estabelece a legitimidade para desapropriar área de particular para propiciar melhoria na qualidade de vida dos munícipes;

a permissão do Decreto-Lei nº 3.365/1941, que em seu artigo 5º elenca hipóteses de desapropriação para fins de utilidade pública, consignando expressamente na alínea "e" , a possibilidade de desapropriação destinada para melhoramento de centros de população;

a necessidade da Administração Pública Municipal em implantar empreendimentos, obras, prédios ou instalações públicas para atender necessidades públicas, no Distrito de Vila do Morro;

a inexistência de imóveis disponíveis que atendam às especificações daqueles empreendimentos, dentre aqueles que compõem o acervo patrimonial do Município de São Francisco;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

**D E C R E T A :**

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, os seguintes imóveis:

I. Uma área de 2,00 ha ( dois hectares ), e respectivas benfeitorias, parte de uma área maior, registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob **Registro nº 05, Matrícula nº 2.272, Ficha 4.600, sob a titularidade de GERALDO RODRIGUES DA SILVA, CPF 046.060.128/89**, situada às margens da Rodovia MG 402, Distrito de Vila do Morro, neste Município de São Francisco, identificada no Anexo I deste Decreto, que destinar-se-á para construção do Parque do Carreiro, no Distrito de Vila do Morro;

II. Uma área de 1,00 ha ( um hectare ), e respectivas benfeitorias, parte de uma área maior, registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob **Registro nº 07, Matrícula nº 9.757, Ficha 783/I, sob a titularidade de CRISTIANE ROCHA ALMEIDA, CPF 013.740.636/30**, situada às margens da Rodovia MG 402, Distrito de Vila do Morro, neste Município de São Francisco, identificada no Anexo II deste Decreto, que destinar-se-á para instalação da Usina Fotovoltaica;

III. Uma área de 1,00 ha ( um hectare ), e respectivas benfeitorias, parte de uma área maior, registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob **Registro nº 07, Matrícula nº 9.757, Ficha 783/I, sob a titularidade de CRISTIANE ROCHA ALMEIDA, CPF 013.740.636/30**, situada às margens da Rodovia MG 402, Distrito de Vila do Morro, neste Município de São Francisco, identificada no Anexo III deste Decreto, que destinar-se-á para instalação e ampliação da Horta Comunitária do Distrito de Vila do Morro;

IV. Uma área de 2,00 ha ( dois hectares ), e respectivas benfeitorias, parte de uma área maior, registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob **Registro nº 07, Matrícula nº 9.757, Ficha 783/I, sob a titularidade de CRISTIANE ROCHA ALMEIDA, CPF 013.740.636/30**, situada às margens da Rodovia MG 402, Distrito de Vila do Morro, neste Município de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua Montes Claros, 229 – Centro – CEP:39.300-000

São Francisco, identificada no Anexo IV deste Decreto, que destinar-se-á para ampliação e construção do Cemitério do Distrito de Vila do Morro.

Art. 2º. Para efeito de imissão provisória na posse, conforme previsão estabelecida no art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, esta desapropriação é considerada sob regime de urgência.

Art. 3º. Os bens expropriados deverão ser avaliados na forma da Lei e as despesas decorrentes da desapropriação a que refere o presente Decreto correrão sob lastro das dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Parágrafo único. A avaliação e indenização ocorrerão em conformidade com as disposições da Constituição Federal, e Lei Orgânica Municipal, de forma prévia, equânime e em dinheiro.

Art. 4º. Ficam a Procuradoria Jurídica e a Assessoria e Consultoria do Gabinete do Prefeito, autorizadas a atuarem de forma conjunta ou separadamente, para que se adotem as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis para efetivação da presente desapropriação.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

**MIGUEL PAULO DE SOUZA FILHO**  
Prefeito

São Francisco/MG, 15 de Março de 2024.

Registre. Publique. Cumpra-se.